

O livro como instrumento de civilidade e prestígio social: as elites ilustradas de Portugal no século XVIII, um estudo de caso do acervo pessoal de Ayres Saldanha de Albuquerque.

Renato Toledo Silva Amatzuzi

(Professor da rede pública e privada de ensino do Paraná)

O presente trabalho tem como objetivo identificar a presença de uma nova forma de Iluminismo, denominado Esclarecimento Católico, que ocorreu especialmente em países europeus (Portugal, Espanha e Itália), marcados pelo forte embate, ora harmônico, ora conflituoso, entre moral cristã, doutrina eclesiástica e os princípios do racionalismo que eram fortemente defendidos na França e Inglaterra. Esta análise só foi possível através da análise qualitativa e quantitativa de um acervo bibliográfico que pertencera a um nobre lisboeta no final do século XVIII e que por diversos motivos políticos e sociais teve este acervo confiscado e doado a Real Academia de Ciências de Lisboa. Foi por este acervo que foi dada luz ao passado e possível desmistificar, mesmo que através de um pequeno caso particular, a antiga concepção de Iluminismo como um movimento restrito e que atingiu somente a França e especificamente Paris.

Antes de delimitarmos o campo de análise para o personagem histórico Dom Aires de Saldanha Coutinho de Albuquerque, o 2º Conde da Ega é importante contextualizar o ambiente político onde a família Aires de Saldanha ascendeu socialmente e depois as guerras peninsulares que ocorreram em Portugal devido às invasões do General Junot ao país em 1808.

A família Aires de Saldanha tinha como progenitor o jovem militar Manuel Saldanha de Albuquerque e Castro (1712- 1771) que estava construindo uma carreira promissora no exército lusitano. Embora possuísse prestígio, não podia contar com seus títulos militares para ascensão na

sociedade de corte uma vez que sua família fora excluída das práticas sucessórias coevas.

Porém, foi no casamento com a austríaca Dona Maria Leonor de Moscoso que Manuel adquiriu status e contatos com a família da noiva que lhe garantiram um salto na hierarquia militar e permitiu freqüentar meios jamais imaginados outrora. Assim, nos anos seguidos os títulos e patentes adquiridos por ele foram de coronel, brigadeiro e comendador da Ordem de Cristo para Governador do Rio de Janeiro.

Estas benesses faziam parte de um antigo sistema de concessão de privilégios régios denominados *mercês* que surgiram na Idade Média durante as Cruzadas Religiosas no Oriente. Elas eram concedidas anteriormente para um número limitado de nobres, todavia com as conquistas territoriais e ultramarinas as *mercês* se estenderam para soldados que se destacaram devido a suas táticas de guerra ou liderança em batalhas. Porém o sistema de concessão de títulos e benesses não se dava só pela livre e espontânea vontade do rei, outros fatores influenciavam essa decisão, conforme afirma Farias:

A mercê régia, ou seja, a remuneração dos serviços feita pelo rei se constituiu num instrumento com o qual o rei legitimava sua posição e ao mesmo tempo selava alianças, ao manter aqueles que as recebiam em constante dívida. Tratava-se de um capital político para o rei e para quem recebia era uma espécie de reserva de capital que lhe permitia cada vez mais se tornar apto à prestação de serviços.¹

À medida que Manuel Saldanha adquiria títulos, sua proximidade com o rei aumentava, no caso o monarca Dom José I. Porém a Portugal do século XVIII é quase inseparável da figura dominadora do Marquês de Pombalⁱⁱ e foi no governo deste secretário de Estado que Manuel Saldanha, agora agraciado pelo título nobiliárquico de Conde da Ega, conquistou seu mais alto posto burocrático.

Cada época produz a sua elite, e no governo de Pombal, que se efetivou como líder simbolicamente no ano de 1755,ⁱⁱⁱ o patriarca dos Aires de Saldanha caiu nas graças do Marquês, sendo então escalado para assumir o cargo de

Vice-Rei da Índia. O cargo de vice-rei era uma porta aberta para quem apostava na fortuna e na conquista das distinções e riquezas que foram lhe negadas no nascimento, desta forma o 1º Conde da Ega assumia o cargo e se mudava para a segunda mais importante colônia ultramarina do Império Luso, levando consigo sua experiência de Governador do Rio de Janeiro e da Ilha de Açores.

Uma vez na Índia o conde prendeu mais de duzentos e trinta e um padres jesuítas e conseguiu reaver territórios ao norte da Índia que estavam nas mãos de revoltosos.^{iv}

O Conde servira de peça fundamental para a exeqüibilidade de dois planos da política pombalina: reforçar a proteção e domínio das colônias ultramarinas portuguesas nas Índias e América e expulsar os jesuítas tanto delas como de Portugal a fim de enfraquecer o poder da Companhia de Jesus nos diversos segmentos da sociedade.

O primeiro plano de Pombal foi o projeto de reforçar o domínio da metrópole sobre a colônia, principalmente no Brasil, onde havia a exploração do ouro nas Minas Gerais, aumentando a fiscalização e os impostos sobre o mesmo, enviando nativos para as fronteiras a fim de proteger das ameaças inglesas e enviando expedições para a Amazônia para explorar um território desconhecido colonial.^v

Já o segundo plano pombalino de perseguição aos jesuítas teve razões puramente políticas, entretanto com influências dos ideais racionalistas que circulavam na França e na Europa cada vez mais fortes, a Companhia de Jesus detinha uma fabulosa riqueza canalizada para a obtenção do poder e controle político das instituições, por exemplo, as universidades portuguesas, a Igreja e as colônias ultramarinas. Esta riqueza, conforme imaginava Pombal advinha da exploração direta de recursos minerais das colônias do Novo Mundo por meio da exploração da mão de obra indígena.^{vi}

Após o Grande Sismo de 1755 em Lisboa, que devastou a capital do Império Ultramarino Português, Pombal iniciou um projeto de reconstrução da

cidade através de um projeto de reedificação urbana moderno e funcional; para isso Pombal contratou engenheiros que desenvolvessem edifícios com uma estrutura anti-sísmica e que conferissem a esses novos prédios estabilidade, segurança contra incêndio, economia de custos e uma arquitetura com linhas retas, sóbrias e limpas que não comprometessem a fachada principal das residências da Baixa de Lisboa. ^{vii}

Pombal inspirou-se na modernidade, não somente intelectual, mas científica que o Iluminismo trazia consigo, ao tomar como modelo os grandes centros urbanos da Europa moderna – Paris, Viena, Londres e São Petersburgo – o marquês, além de reerguer a cidade dos escombros, iniciou um projeto que rechaçava todas as explicações teológicas e metafísicas acerca da tragédia e baseava-se na razão para explicá-las:

Carvalho e Melo sentiu-se extremamente desgostoso com a atitude de alguns setores do clero que procuravam levar ao povo a idéia de que o terremoto fora um castigo divino pela impiedade dos governantes e que, ao invés de providências práticas, o que se necessitava era jejuns, procissões e penitências. Para o ministro ao contrário, apesar de algumas medidas contemporizadoras com a religiosidade popular, era óbvio que o terremoto tivera causas naturais, quanto às quais nada se podia fazer, e o reparo de seus efeitos exigia ações muito distintas da realização de procissões e autos-de-fé.

O símbolo da perseguição dos jesuítas e da soberania do marquês perante eles foi a execução do padre Gabriel Malagrida, que com sua eloquência e seu prestígio, passou a constituir um adversário formidável. Pombal mostrava-se uma figura paradoxal, ao mesmo tempo em que reerguia Lisboa sob as égides do racionalismo, construiu no seu governo a Academia de Ciências de Lisboa, fez reformas nas universidades, ergueu escolas de comércio e academias navais. Porém, ao mesmo tempo, Pombal mostrava o seu oposto, aniquilando os adversários do rei, a família Távora, expulsando os jesuítas, matando o Padre Malagrida, perseguindo e reprimindo a todos que ousassem ameaçar a figura do rei Dom José I, uma vez que a fraqueza e o poder do rei eram sua fraqueza e seu poder também.

Pombal era o confronto entre dois homens, que representavam dois espíritos ou duas épocas que se recusavam a coexistir e a se compreender; nas palavras do historiador Mário Domingues, o Marquês de Pombal atingira o ponto culminante da sua grandeza ao mesmo momento em que descia ao nível mais baixo da miséria humana.^{viii}

Retornando ao personagem histórico do 1º Conde da Ega, mesmo obtendo êxito em seu governo na Índia, Rio de Janeiro e Açores, fora acusado de atos despóticos, apropriação indevida dos bens dos jesuítas e gastos indevidos do tesouro da fazenda. Mandado retornar à capital do Império, Manuel foi preso em 1765.

O conde teve seus bens confiscados, seus títulos suspensos e viveu seus últimos dias, cego, no palácio da Junqueira junto de sua esposa Dona Ana Ludovina de Almada. Faleceu no ano de 1771.

Aires José foi senhor dos Lagares de El-Rei, Deputado da Junta dos Três Estados, Governador da Ilha de Açores, embaixador em Madri no ano de 1806, comendador de Salvador de Elvas, sucessor dos bens da capela da coroa e inspetor geral dos provimentos do exército. Assim como seu pai, ocupou um papel de destaque no reinado de D. João VI reerguendo o sobrenome da família assim como seus bens e posses. Casou-se pela primeira vez com D. Maria José do Carmo Xavier; após a morte da esposa casou-se pela segunda vez com a condessa austríaca Juliana OyenhausenGravemburgo.

No ano de 1808, Portugal viu-se ameaçada pelas tropas de Junot que tomaram o trono espanhol e colocaram o irmão de Napoleão Bonaparte no poder num golpe chamado de Revolução Liberal. Assim, pressionado nas fronteiras ao norte de Portugal e ao mesmo tempo indeciso entre apoiar ou não a Inglaterra no rompimento com o Bloqueio Continental, Dom João VI decidiu por se exilar no Brasil no episódio conhecido como “ a fuga da família real para o Brasil”.

Segue-se a invasão francesa a Portugal, delegando uma junta de magistrados e nobres poderes para assegurarem a ordem e conterem as revoltas populares ou movimentos pró-monarquia no país. Dentre estes escolhidos, estava o 2º Conde da Ega que fora um entusiasta deste novo governo chegando a ceder seu palácio, e inclusive sua esposa, ^{ix}para o general Junot. Foram promovidos deslumbrantes bailes em homenagem aos oficiais franceses que se instalaram em Lisboa.

O Conde escreveu para a Gazeta de Lisboa, no dia 1º de Agosto de 1808, pedindo que os portugueses fossem mais calorosos ao receberem os franceses, pois eles garantiriam um futuro mais justo para o reino. ^xPorém, após a queda de Napoleão em Portugal e o retorno de Dom João VI ao país, o 2º Conde da Ega e sua esposa fugiram para Paris, onde a Condessa Juliana se tornou publicamente amante do General Junot e o 2º Conde recebeu uma elevada pensão de 10 mil francos mensais em troca dos “serviços prestados” ao exército francês e lá permaneceu até o início da queda do Império Napoleônico.-.

Retornou a Portugal, onde teve seus bens no seu palácio beirando a falência. Dentre estes bens estava seu acervo bibliográfico que continha mais de 1000 livros, e que, no ano de 1813, foram doados pela Coroa à Real Academia de Lisboa. Este catálogo de livros organizado pelo membro da Academia Tomás de Aquino Leal é a fonte histórica utilizada para o presente trabalho de pesquisa. Através deles buscarei entender a reorganização do conhecimento que houve durante o iluminismo e compreender a circulação e posse de livros na Europa do século XVIII através do estudo do o acervo do 2º Conde da Ega e perceber de que maneira o catálogo pode dar luz ao passado através dos livros que o conde adquiria, possuía em seu acervo e provavelmente lia.

No decorrer dos séculos XVII e XVIII criaram-se pela Europa academias científicas que tinham como objetivo impulsionar, promover e divulgar as Ciências e suas novas descobertas, aplicando diretamente a favor do reino. Foram criadas bibliotecas, laboratórios, arquivos históricos, museus e espaços

de discussão e troca de conhecimentos entre intelectuais e cientistas tanto locais como do exterior.

Como exemplo há a criação em intervalos de tempo relativamente curtos em países como a Itália, *Accademia Del Cimento (1657)*; França, *Académie des Sciences de Paris (1666)*; Alemanha, *Academia de Berlim (1700)*; Inglaterra, *Royal Society of London (1660)* e em Portugal, *Academia de Ciências de Lisboa (1779)*.

Estas academias tinham a proteção régia e concediam uma série de privilégios para seus membros, além de acesso livre, as obras acadêmicas ali produzidas estariam livres dos tribunais censórios e poderiam ser transportadas livremente por todo o território nacional e estrangeiro^{xi}. Consoante com o espírito progressista do Iluminismo, que causava grandes transformações políticas, sociais, culturais e econômicas na Europa, as Academias tinham sua produção científica voltada principalmente para uma causa nacional, no caso de Portugal, como a Real Academia de Lisboa possuía tendências mais humanistas (Letras, História, Belas Artes, Literatura), suas contribuições estavam voltadas para expansão da educação e revisão dos estatutos das universidades.^{xii}

Em 1813, quando o acervo bibliográfico do 2º Conde da Ega foi confiscado pela Secretaria de Intendências e Obras Públicas de Lisboa, sua biblioteca, que possuía mais de 1200 livros, foi encaminhada para a Academia de Ciências de Lisboa. Esta transferência de volumes tinha como objetivo atender a antigas exigências da corte de adquirir livros e compor acervos numericamente significantes e poder se equiparar a outros países como França, Inglaterra e Alemanha.

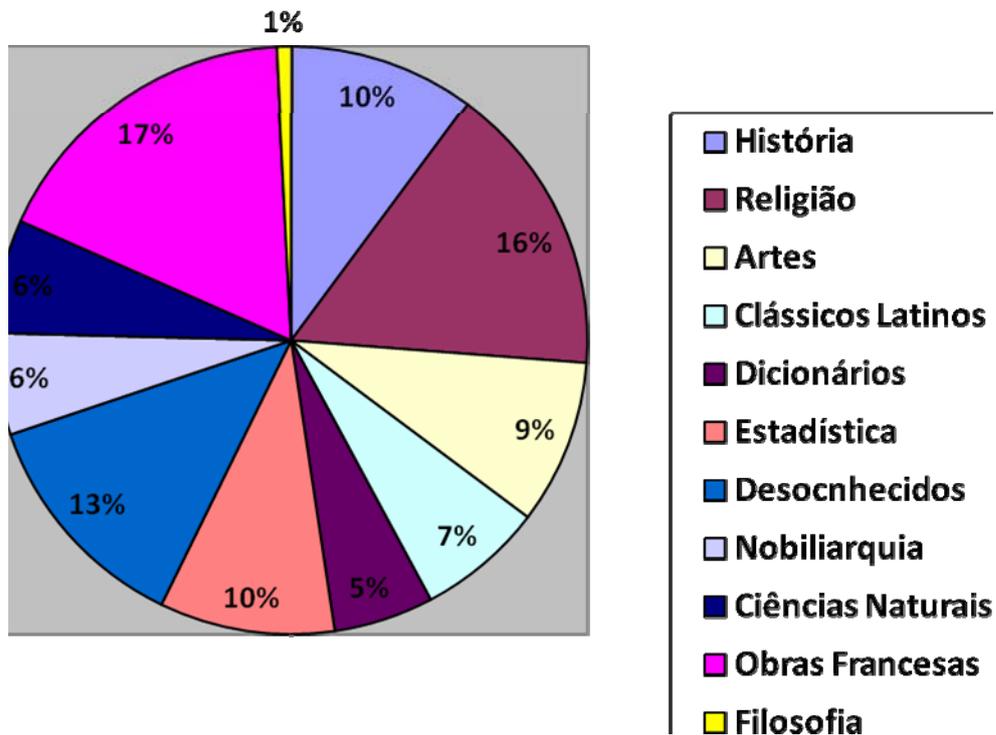
Neste momento será demonstrado em gráficos a análise quantitativa e depois qualitativa do acervo bibliográfico do conde. Após a pesquisa por acervos digitais de universidades e pela internet, o catálogo de livros foi transcrito e dividido da seguinte maneira: título, quantidade de tomos, valor em contos de réis (moeda da época), idioma, grande área temática e subárea. As grandes áreas de conhecimento foram: História, Religião, Dicionários,

Clássicos Latinos, Estadística, Belas Artes, Filosofia e biografias, estas relacionadas à vida de reis, rainhas, nobres e etc. Há também os livros que não foram encontrados na pesquisa, pelo idioma, latim ou português arcaico, ou ausência de dados a respeito, para isso foram indicados com a letra D de desconhecidos.

É importante ressaltar que as obras de filósofos gregos, romanos e orientais não foram classificadas como Filosofia, como ocorre hoje, pois o conceito de filosofia no século XVIII se restringia apenas aos grupos de ideias e sistemas de pensamento guiados pela razão, que caracterizavam exclusivamente o Iluminismo. ^{xiii}

A grande área de Religião foi mais especificada e dividida em seis subáreas, são elas: História Eclesiástica, Teologia, Bíblias, Livros de Orações e Vida e Obra de religiosos, beatos e monges. Estas especificações temáticas se fizeram necessários para observar as transformações intelectuais ocorridas na Igreja, que por sua vez detinha o poder das editoras e mesas censórias, que acarretariam e caracterizariam um fenômeno singular do iluminismo chamado: Iluminismo Católico.

Em seguida foram divididos os dados conforme o idioma: inglês, latim, italiano, espanhol, francês e português e por último foi somado todos os valores dos livros, atribuídos pelo responsável pelo catálogo, Dom Tomás Aquino Leal (funcionário da Secretaria de Obras Públicas de Lisboa). O número exato de livros seria: História (137), Religião (219), Artes (123), Clássicos Latinos (94), Dicionários (74), Estadística (130), Nobiliarquia (75), Ciências Naturais (89), obras francesas desconhecidas (239), filosofia (11) e obras desconhecidas (171). Expressando estes números em porcentagens, obteremos o seguinte gráfico:



Após ter todos os dados quantificados em mãos podemos chegar às seguintes conclusões sobre um enfoque qualitativo do acervo, primeiro que a grande presença de livros relacionados à História, Clássicos Greco-Romanos e Medievais, Religião, Letras Clássicas e Literatura vão ao encontro dos princípios básicos da educação e formação de um jovem nobre, filho de uma elite aristocrática que compunha os círculos mais restritos da corte e eram instruídos por intelectuais pertencentes a Igreja Católica ou à universidade que na época encontrava-se sobre monopólio jesuíta. Resumidamente os livros apontam para interesses das áreas humanísticas, típico da instrução cristã da época, com alguns estudos acerca das ciências do homem e da natureza, porém não dando prioridade a eles.

Mas o que chama a atenção nos dados obtidos durante a transcrição é a presença, mesmo que mínima, de onze obras de filósofos iluministas na composição do acervo. Este número, como dito anteriormente, pequeno revela

que havia a aquisição destas obras filosóficas de autores franceses e ingleses assim como portugueses, no caso de Antônio Verney, por parte de um nobre em Lisboa no século XVIII, se eram lidas e seus ideais influenciaram o pensamento do 2º Conde da Ega não se sabe devido à ausência de registros escritos do mesmo, mas as presenças físicas destes livros podem revelar que a circulação e compras destes materiais no comércio de livros portugueses apontam para uma nova forma de Iluminismo, um Iluminismo diferente do de Paris ou de Londres, um Iluminismo com elementos eclesiásticos, religiosos e racionalistas em uma única corrente, pois como afirma Darnton:

Embora eu considere Paris a República das Letras no século XVIII, concordo que o Iluminismo se difundiu a partir de muitos pontos: Edimburgo, Nápoles, Halle, Amsterdã, Genebra, Berlim, Milão, Lisboa, Londres e até mesmo a Filadélfia. Cada cidade tinha seus filósofos, muitos dos quais se correspondiam com os *philosophes*, alguns deles até os superaram. Quando se avalia a profundidade e a originalidade do pensamento, é difícil encontrar um parisiense que se compare com Hume, Smith, Burke, Winckelmann, Kant e Goeth. Então por que se concentra em Paris?^{xiv}

Porém é de difícil associação fundir em uma corrente princípios iluministas com fundamentos religiosos e eclesiásticos, uma vez que a própria Igreja condenava os valores pregados pelos filósofos das luzes e vice e versa, mas, especialmente em Portugal estes pensamentos antagônicos encontram-se e renovaram-se a sua maneira, através das reformas do estatuto da Universidade de Coimbra, o impacto da obra de Antônio Verney sobre novos métodos de ensino, revisão da literatura teológica e escolástica e até mesmo a compra e aquisição de livros franceses de Rousseau ou Voltaire, por exemplo.^{xv}

O fato é que através desta exceção de livros, onze apenas, podemos ter uma ínfima ideia da amplitude que as Luzes tomaram, não se restringindo apenas a Paris, mas incluindo Portugal e outros países. No caso de Portugal visões simplistas e homogeneizadoras dificultaram os estudos acerca deste período, que com o desenvolvimento de uma nova literatura acadêmica está quebrando esta concepção aos poucos.

Referencial Bibliográfico:

ARAUJO, Ana Cristina. A cultura das luzes em Portugal. Lisboa: Editora Livros Horizontes, 1999.

CASSIRER, Ernest. A Filosofia do Iluminismo. São Paulo: Unicamp, 1992

DARTON, Robert. Os dentes falsos de George Washington. Um guia não convencional para o século XVIII. São Paulo: Cia das Letras, 2005. P. 20.

DOMINGUES, M. Marquês de Pombal: Lisboa, Editora Folhas e Letras, 2003. Pág. 244.

FARIAS, Clara. Mercês para homens de cor: o caso dos governadores dos pretos de Pernambuco. Trabalho apresentado no XIII Encontro de História ANPUH, Rio de Janeiro, 2008.

GAUER, Ruth Maria. A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772. Porto Alegre, EdPUCRS, 1996.

MARQUES, A. José Oscar. "Voltaire e um episódio da História de Portugal". In: Revista de Ciências Sociais. Londrina, vol. 9 nº2, 2004, p.37-52.

MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo. São Paulo: Editora Paz Terra, 2ª Edição, 1997

TAVARES, Rui. O pequeno livro do grande terremoto: ensaio sobre 1755. Lisboa, 2005, 2ª Edição, Editora Tinta da China.

<http://www.arqnet.pt/dicionario/ega1c.html>. Acessado em 20/05/2012.

RAMOS, Luís e LOURENÇO, B. Paulo. "Análise das técnicas de construção Pombalina e apreciação do estado de conservação estrutural do quarteirão Martinho da Arcada" In: Revista de Engenharia Civil, nº 7, 200, Universidade do Minho, Azurém, Portugal.

REIS, Fernando. A Academia de Ciências de Lisboa. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e31.html>

SCHWARTZ, Lília Moritz. A longa viagem da biblioteca dos reis. São Paulo, Editora Cia das Letras, 2010.

ⁱFARIAS, Clara. Mercês para homens de cor: o caso dos governadores dos pretos de Pernambuco. Trabalho apresentado no XIII Encontro de História ANPUH, Rio de Janeiro, 2008.

ⁱⁱMAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2ª Edição, 1997.

ⁱⁱⁱTAVARES, Rui. O pequeno livro do grande terremoto: ensaio sobre 1755. Lisboa, 2005, 2ª Edição, Editora Tinta da China.

^{iv}<http://www.arqnet.pt/dicionario/ega1c.html>. Acessado em 20/05/2012.

^vMAXWELL. Página 37.

^{vi}MARQUES, A. José Oscar. "Voltaire e um episódio da História de Portugal". In: Revista de Ciências Sociais. Londrina, vol. 9 nº2, 2004, p.37-52.

^{vii}RAMOS, Luís e LOURENÇO, B. Paulo. "Análise das técnicas de construção Pombalina e apreciação do estado de conservação estrutural do quarteirão Martinho da Arcada" In: Revista de Engenharia Civil, nº 7, 200, Universidade do Minho, Azurém, Portugal.

^{viii} DOMINGUES, M. Marquês de Pombal: Lisboa, Editora Folhas e Letras, 2003. Pág. 244.

^{ix}O General Junot teve um caso amoroso com a Condessa Juliana de Oyenhausen enquanto esta era esposa do 2º Conde da Ega, quando as tropas francesas se retiraram de Lisboa, o conde e a condessa foram junto com as tropas para Paris onde receberam uma pensão de alto valor (aproximadamente 10 mil francos por mês) e só retornaram para Portugal em 1813, próximo da queda de Napoleão e durante a doença do 2º Conde. Mais dados no livro: NORTON, José. Juliana – Condessa de Stroganoff: a vida da portuguesa mais influente da Europa no século XIX. Editora: Livros d'Hoje, Lisboa, 2012.

^x Fonte: 2.º Suplemento à Gazeta de Lisboa, n.º 30, 17 de Agosto de 1808; Simão José da Luz Soriano, História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal. Compreendendo a História Diplomática, Militar e Política deste Reino, desde 1777 até 1834 – Segunda Época - Tomo V – Parte I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, pp. 64-67. Raul Brandão, ao publicar um excerto desta "Arenga do Conde da Ega", na sua obra El-ReiJunot, inseriu igualmente uma "tradução" truncada (ao jeito de réplica) do mesmo discurso, extraída muito provavelmente dum folheto da época. Cf. El-ReiJunot, Lisboa, IN-CM, s.d., pp. 166-167].

^{xi} REIS, Fernando. A Academia de Ciências de Lisboa. In:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Academia_da_Ci%C3%A7ncias_de_Lisboa

^{xii}GAUER, Ruth Maria. Citar livro Estatutos de Coimbra

^{xiii}SCHWARTZ, Lília Moritz. A longa viagem. São Paulo: Editora Cia das Letras, 2010.

^{xiv} DARTON, Robert. Os dentes falsos de George Washington. Um guia não convencional para o século XVIII. São Paulo: Cia das Letras, 2005. P. 20.

^{xv} ARAUJO, Ana Cristina. A cultura das luzes em Portugal